



AVIVAR ALIMENTOS S/A - CNPJ nº 42.816.108/0001-05 - NIRE 31300140865

Relatório da administração 2021

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Avivar Alimentos S/A apresenta-lhes as demonstrações financeiras auditadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como os relatórios da administração e dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

No ano de 2020, passamos por momentos desafiadores causados pela pandemia do COVID-19. Foi preciso nos reinventar rapidamente, e nos adaptar à nova realidade sanitária e econômica. Já no ano de 2021, o setor do agronegócio enfrentou um acentuado agravamento

nos custos das operações. Mesmo diante de todas as adversidades, a Avivar Alimentos S/A continuou a implementar ações para preservar e garantir a sustentabilidade de seus negócios. A busca constante de eficiência operacional, ampliação de mercados, gestão de caixa e dívidas, e agregação de valor à marca, possibilitou o resultado líquido de R\$53 milhões. A Administração da Avivar Alimentos S/A agradece o trabalho e o comprometimento de seus profissionais, o apoio de seus acionistas e instituições financeiras, e a confiança de seus clientes, integrados, fornecedores e prestadores de serviços. A Administração, São Sebastião do Oeste, 25 de março de 2022.

José Magela da Costa - Diretor Presidente
Antônio Carlos Vasconcelos Costa - Diretor Vice Presidente

Balancos Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Table with columns: ATIVO, Notas, 31/12/2021, 31/12/2020, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Notas, 31/12/2021, 31/12/2020. Includes Circulante and Não Circulante sections.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Table with columns: Notas, Capital Social Subscrito e Integralizado, Reservas de Capital, Reservas de Lucros, Lucros Acumulados, Total do Patrimônio Líquido. Shows data for 2019, 2020, and 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto operacional - A Avivar Alimentos S/A (Companhia), sediada na Rua Povoador Teixeira, S/N, Zona Rural, município de São Sebastião do Oeste, estado de Minas Gerais, constituída em 1992, tem como principal atividade o abate de aves, preparação e fabricação dos produtos derivados da ave, comércio e atacado de vegetais, pescados e seus derivados, além da fabricação de massas alimentícias. Atualmente, suas operações são substancialmente destinadas aos supermercados, açougues, mercearias e restaurantes. Em agosto de 2021 a Companhia iniciou as operações de produção de ovos férteis e pintos de um dia, através de suas filiais "Matrizeiro Carmo do Cajuru", "Matrizeiro Esmeraldas" e "Incubatório I São Sebastião do Oeste". Ampliando assim sua capacidade produtiva e de geração de receita, agregando valor ao seu negócio principal com mais eficiência, competitividade e sustentabilidade. A Companhia também realizou, em agosto de 2021, a alteração de seu tipo societário de "Sociedade Empresária Limitada (LTDA)" para "Sociedade por Ações de Capital Fechado (S/A)", com continuidade dos seus negócios sociais, como o quadro societário inalterado, passando a denominar "Avivar Alimentos S/A". Havendo a conversão de cada quota emitida pela sociedade em uma ação. 1.1. Surto de Coronavírus - Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, intitulada COVID-19 (novo Coronavírus), que se alastrou pelo mundo promovendo uma emergência de saúde global que se estendeu por todo o ano de 2020. Em janeiro de 2021, uma segunda onda de contaminação atingiu o Brasil o que desencadeou novas medidas restritivas de governos e entidades do setor privado, que retomou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem estender os impactos relevantes na economia das empresas para o próximo exercício. A Companhia e suas investidas seguem monitorando de forma diligente toda e qualquer informação sobre este tema, sua evolução, alterações das projeções e estimativas relacionadas aos riscos ligados à sua atividade. 2. Sumário das práticas contábeis - 2.1. Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitando à adequação da: • Provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos; • Provisão para estoques obsoletos de giro lento; • Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros; • Depreciação e amortização; • Perda por valor não recuperável de ativos não financeiros e financeiros; • Vida útil dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; • Avaliação da realização de créditos fiscais (impostos) diferidos de IRPJ e de CSLL; e • Provisão para contingências. Os agrupamentos de contas das demonstrações financeiras da Companhia que requerem maior nível de julgamento, complexidade e de premissas e estimativas significativas estão divulgadas nas notas explicativas que abrangem as cidades contadas. Destacam-se, em particular, as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia conforme normas do IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil: 2.2.1. Reconhecimento da receita e apresentação do resultado - Receita de vendas (CPC 47-Recita de contratos com clientes/IFRS 15vigente a partir de 01-01-2018) - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. Receita de venda de produtos - A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Destacamos que no exercício findo em 31/12/2018 foi implantado o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com cliente, o qual substituiu os pronunciamentos CPC17 - Contratos de construção e o CPC 30 - Receitas de acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Receitas financeiras - As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa de juros efetivos. Receitas, custos e despesas - O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado de acordo com o princípio da competência de exercícios. Despesas financeiras - As despesas de natureza financeira abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidas do desconto a valor presente das provisões, quando aplicáveis, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução do valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método da taxa de juros efetivos. As receitas e as despesas de variações cambiais e monetárias são reportadas no resultado da Companhia pela competência em uma base líquida. 2.2.2. Tributação das transações econômicas/financeiras - Impostos sobre receitas de vendas e receitas financeiras - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que eles são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Table with columns: Exercícios Findos em, 31/12/2021, 31/12/2020. Includes Atividades Operacionais, Investimentos, and Financiamentos sections.

Demonstração de Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Table with columns: Notas, Exercícios Findos em, 31/12/2021, 31/12/2020. Includes Receita operacional líquida, Lucro bruto, and Lucro Líquido do Exercício.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Table with columns: Exercícios Findos em, 31/12/2021, 31/12/2020. Includes Lucro Líquido do Exercício and Total dos Resultados Abrangentes dos Exercícios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos juros; (ii) os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, spread da instituição financeira. Políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo: • Ativos financeiros (mensurados) ao custo amortizado - Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivo e a receita de juros e de ganhos auferidos, bem como as perdas cambiais e de impairment são reconhecidas no resultado. Portanto, o custo amortizado é reduzido por eventuais perdas por impairment. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento de ativos financeiros são registradas no resultado; • Ativos financeiros mensurados ao VJR - Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado; e • Instrumentos de dívida emitidos por terceiros, cujos ativos financeiros existentes são mensurados ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo e os ganhos auferidos e as perdas cambiais e de impairment são reconhecidos no resultado abrangente (ORA). Ainda, destaca-se que outros resultados líquidos são também reconhecidos em ORA. Os rendimentos auferidos de juros são calculados utilizando o método dos juros efetivo. No reconhecimento inicial de um investimento (ativo) em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo desse investimento em ORA, sendo que essa escolha é feita para cada investimento realizado. No eventual desreconhecimento do ativo financeiro, o resultado contábil acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais mensurados ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos recebidos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento, mantido no ativo. Os outros resultados líquidos existentes são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Comparação de mensuração entre as categorias de mensuração antiga conforme o CPC 38 e o CPC 48 para cada classe de ativos financeiros: Ativos financeiros, classificados no circulante e/ou não circulante: (i) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - anteriormente a classificação desses ativos se dava pelo CPC 38 como empréstimos e recebíveis e, desde 1/1/2018, a classificação se dá pelo CPC 48 como custo amortizado. Destaca-se uma substituição fundamental na abordagem da avaliação dos ativos financeiros de perda de crédito incorrida (CPC 38) por perda de crédito esperada (CPC 48/IFRS9). Novo modelo de impairment pelo CPC 48/IFRS9: Aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados pelo VJORA; e não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Provisão para perdas esperadas - A mensuração dessa provisão se dá de acordo com as seguintes bases nos termos do CPC 48/IFRS9: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses - Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira - Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. Sendo assim, é considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando: (i) É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou (ii) O ativo financeiro está vencido conforme regras da Companhia. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se os ativos financeiros avaliados e contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados e registrados ao VJORA estão com problemas de recuperação. 2.2.5. Ajuste a valor presente - Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Empréstimos e financiamentos a pagar a bancos e Mútuos ativos e passivos com partes relacionadas - Após reconhecimento inicial, tais Passivos e Mútuos ativos e passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa e/ou revogação, cancelamento ou expiração dos ativos e passivos, respectivamente, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.2.6. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo apresentados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. 2.2.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se sua evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que esse não consideraria em outras transações indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de va-

31 de dezembro de 2021 e de 2020

Table with columns: 25 anos ou 4% a.a., 10 anos ou 10% a.a., 10 anos ou 10% a.a., 10 anos ou 10% a.a., 5 anos ou 20% a.a., 5 anos ou 20% a.a.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda por valor não recuperável de ativos não financeiros ("Impairment") dos ativos imobilizados foi julgada necessária. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.2.15. Intangível - Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, que ocorre em 31 de dezembro de cada ano. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada individualmente significativos são avaliados quanto à perda de va-



AVIVAR ALIMENTOS S/A - CNPJ nº 42.816.108/0001-05 - NIRE 31300140865

sada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Os principais ativos intangíveis referem-se a softwares amortizados ao longo de sua vida útil estimada. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente. 2.2.16. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Por outro lado, um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, pro-rata dia. A administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a valor presente (AVP) de seus ativos e passivos conforme previsto no CPC12. 3. Demonstrações dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa (DFC) - Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não ocorreram transações econômicas em que se justificasse a inclusão da sua contabilização como Resultados Abrangentes, conta componente do Patrimônio Líquido. No entanto, essa Demonstração dos Resultados Abrangentes está sendo apresentada para esses exercícios. A DFC está apresentada pelo método indireto. 3.1. Lucro por ação quota do capital social - O lucro por quota do capital social básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia. 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros - A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: 1. Ativos financeiros: Compreendem valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço patrimonial intermediário, aos valores de mercado; 2. Outros passivos financeiros: Compreendem os empréstimos e financiamentos, os fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais; 3. Instrumentos financeiros: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contratuais; 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios; 5. Risco de crédito: a Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito; 6. Risco de liquidez: a política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Os riscos de liquidez também são mitigados pelo fato de a Companhia não possuir significativos endividamentos; 7. Gestão de riscos de taxa de câmbio: os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar podem ser afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano. A Companhia administra os riscos de mercado através de operações de hedge e/ou hedge natural, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio; 8. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Essa Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A dívida líquida da Companhia para a relação ajustada de seu capital próprio (patrimônio líquido ou PL) ao final do período é apresentada conforme segue:

Table with 3 columns: Descrição, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Total do passivo circulante e do passivo não circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Total da dívida líquida da Companhia (a), Total geral do patrimônio líquido positivo da Companhia (b), Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido no (Exercício) findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (a/b).

5. Novas normas contábeis - I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021 - Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), são as seguintes: a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16); Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 01/01/2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). As alterações proporcionarão alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos, cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16): A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16/CPC 06 (R2) foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel obtidas dos locadores como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: i. a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendatário que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente prévia à alteração; ii. qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022; e iii. não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As alterações descritas acima nesse subitem I, especificamente nas letras a e b) não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. II. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2021 - a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações a IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 01/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. b) Outros normativos - Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria da Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Ela esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições previstas de uso. Esta alteração da norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 01/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Essa norma efetua alterações no IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controladora; tais como: IFRS 9-Instrumentos Financeiros, comenta sobre o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16-Arrendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41-Agricultura, explica aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações da norma são efetivas para exercícios iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração nas normas IFRS 3 - Combinação de Negócios - Nelas estão incluídas, também, a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o comprador a aplicar para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21-Tributos, o comprador o aplica para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. • As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 01/01/2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro-CPC 02 (R2) na mesma data ou antes. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios; • Alteração na norma IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12-Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial dos impostos de renda diferido relacionados a ativos e passivos resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9-Instrumentos Financeiros para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • Alteração na norma IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Os parágrafos 69 a 76 desse IAS alterados especificam os requisitos como se proceder. Elas esclarecem: a) o que significa um direito de postergar a liquidação; b) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e d) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As citadas modificações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que essas alterações terão na sua prática atual. Alteração na norma IFRS 17-Contratos de Seguro: inclui esclarecimentos de aspectos referentes para esses contratos. O seu objetivo geral é o de fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Ela vigorará para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A sua adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9-Instrumentos Financeiros e a IFRS 15-Receita de Contrato com Cliente na mesma data ou antes da adoção inicial dessa norma. Ela, não se aplica à Companhia e a suas controladas. Excluído o comentário efetuado no Item 17, que não se aplica à Companhia e suas controladas, os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. 6. Caixa e equivalentes de caixa

Table with 3 columns: Descrição, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Caixa, Bancos conta corrente de movimento, Aplicações financeiras, Total.

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa. Representado por papéis de renda fixa indexado ao CDI - Certificado de depósito interbancário, cujos vencimentos são inferiores a 90 dias a contar da data da contratação e com taxas de remuneração de até 100%. 7. Contas a receber de clientes líquidas - O saldo a receber é originado de operações de vendas a clientes mercado interno e externo, e está apresentado líquido das provisões constituídas conforme estimativas de perdas no seu recebimento.

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Saldos de contas a receber de clientes, Saldos dos valores brutos faturados contra clientes, Não circulante, Saldos dos valores faturados brutos a receber e vencidos, Valor total de investimento.

Parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por contas a receber, no valor de R\$ 11.429 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia constituiu suficientemente a dedução das perdas no recebimento de créditos conforme sua política interna, visando suprir eventuais perdas na realização dos mesmos. A movimentação destas perdas está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021. Rows include Saldos em 31/12/2019, Saldos em 31/12/2020, Saldos em 31/12/2021, Estoques, Produto acabado, Produto em elaboração, Materia prima, Almoxarifado, Estoque poder de terceiros, Total dos saldos dos estoques líquidos.

Os produtos acabados e em processo de produção são avaliados pelo custo médio de produção; enquanto as matérias-primas, materiais de embalagens e os outros estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de realização ou de reposição. Em 2021 a Companhia reclassificou parcialmente o saldo da conta "Produto em elaboração" do grupo de "Estoque" para a conta "Ativo biológico", correspondente às aves vivas destinadas para abate (ver nota 9.a). O saldo remanescente da conta "Produto em elaboração" representa principalmente os ovos férteis a incubar e incubados. 9. Ativos Biológicos - As movimentações dos ativos biológicos durante o período estão apresentadas abaixo: a) Animais consumíveis

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Saldo Inicial do Exercício, Transferência, Compras, Produção, Consumo Produção, Saldo Final do Exercício.

Em 2021 a Companhia reclassificou parcialmente o saldo da conta "Produto em elaboração" do grupo de "Estoque" para a conta "Ativo biológico", (ver nota 8). Circulantes (consumíveis) - São destinadas ao abate, após idade de maturação durante um período de 30 a 48 dias, para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados. O valor justo de seus ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, principalmente devido ao curto ciclo de vida dos animais e pelo fato de que parte significativa da rentabilidade dos produtos deriva do processo de industrialização, e não da obtenção de carne in natura (matéria-prima no ponto de abate). b) Animais para produção

Table with 6 columns: Descrição da conta, Saldos líquidos em 31/12/2020, Adições, Transferências, Baixas, Depreciação, Saldos líquidos em 31/12/2021. Rows include Ativo Biológico Maduro - Matrizes, Ativo Biológico Imaturo - Matrizes, Total.

Ativo Biológico Maduro - Matrizes - São destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada 16 meses. Os animais listados acima são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos (matrizes). Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos (no ativo não circulante) e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros. As transferências refletem esta alteração de ciclo. Os referidos ativos estão mensurados pelo custo de aquisição, uma vez que não há um mercado ativo para aves matrizes e o preço que seria recebido pela venda seria baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. Considerando que as aves imaturas se encontram em fase de formação, nenhuma depreciação foi reconhecida até o momento. A avaliação de vida útil de tais aves será realizada quando atingirem a maturidade. c) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas - A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas criações e abate de aves: (i) Riscos regulatórios, sanitários e ambientais - A Companhia estando sujeita às leis e regulamentações relativas à produção, abate e processamento de frango, segue rigorosamente todas as leis ambientais e sanitárias nacionais, estaduais e municipais. Seu abate está inspecionado pelo regime federal (SIF) além de receber comitivas dos países e regiões para manter suas habilitações para exportação. (ii) Risco de oferta e demanda de commodities agrícolas (notadamente milho e farelo de soja) - A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de compra de milho e farelo para a criação das aves. Para mitigar esse risco, a Companhia: (i) monitora regularmente o cenário de oferta e demanda de grãos no Brasil e no mundo, (ii) avalia a tendência de fatores climáticos nas regiões produtivas, (iii) forma estoque estratégico de milho em seus armazéns próprios e eventualmente em terceiros, (iv) compra milho e farelo de soja a termo, bem como utiliza de instrumentos derivativos (contratos futuros e cédula produtiva rural) para se proteger de eventuais riscos de oscilação de custo. O objetivo primordial dessa prática, que faz parte de nossa política de Gerenciamento de Riscos Financeiros, é de evitar oscilações bruscas em seus custos de animais vivos a fim de ter tempo hábil para o devido repasse de preço a seus produtos acabados e não incorrer em compressões de margem bruta. 10. Impostos a recuperar

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Descrição da conta, ICMS a recuperar (a), PIS e COFINS a recuperar (b), PIS e COFINS a recuperar sobre ativo imobilizado (b), Imposto de renda e contribuição social a recuperar e estimativa, IRRF s/ aplicação financeira, Outras retenções, ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (a), Total dos impostos Circulante, Não circulante.

(a) ICMS a recuperar: Em decorrência de atividade exportadora; benefícios fiscais; vendas no mercado doméstico sujeitas a alíquotas reduzidas; e aquisição de ativo imobilizado, a Companhia gera créditos que são compensados com débitos decorrentes nas vendas no mercado interno. (b) Os saldos de PIS / COFINS referem-se a créditos excedentes decorrentes de insumos, ativo imobilizado e serviços, que vêm sendo utilizados para compensar outros impostos e contribuições federais, inclusive IRPJ e CSLL. 11. Impostos diferidos - Créditos fiscais de impostos (ativos) de IRPJ e CSLL - No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia reverteu para o resultado do exercício o saldo dos créditos fiscais de IRPJ e de CSLL sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL. Composição do saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Saldo acumulado do prejuízo fiscal de IRPJ e de base negativa de CSLL, CSLL - 9%, IRPJ - 25%, Total de créditos fiscais contabilizados.

Movimentação da conta: Saldo em 31/12/2019 9.557, Mais acréscimo de crédito, tendo como contrapartida a receita diferida de IRPJ e CSLL 7.191, Menos valor compensado em 2020 de IRPJ e CSLL (43), Saldo em 31/12/2020 16.705, Mais acréscimo de crédito, tendo como contrapartida a receita diferida de IRPJ e CSLL -, Menos valor compensado em 2021 de IRPJ e CSLL (16.705), Saldo em 31/12/2021 -.

12. Outras contas ativas circulantes e não circulantes - 12.1. Adiantamentos a fornecedores

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Descrição da conta, Adiantamentos a fornecedores nacionais, Total dos adiantamentos a fornecedores, Os adiantamentos são concedidos aos fornecedores e produtores integrados (aviários de terceiros responsáveis pelo manuseio das aves) em função de particularidades da atividade aviícola, que requer um maior controle para as questões de biossegurança e sanidade animal. Estes adiantamentos são permanentemente controlados e aos valores adiantados são compensados nos acertos/pagamentos no final do ciclo produtivo, que gira em torno de 60 dias. 12.2. Despesas antecipadas e Outros ativos (circulante)

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Descrição da conta, Prêmio seguros, Adiantamento de férias, Carta de crédito a receber, Cédula de Produto Rural - CPR, Contribuição sindical patronal, Outros ativos, Total dos outros ativos Circulantes, 13. Investimentos, Investimentos, Terrenos Rurais para Investimentos, Coop.Cred.Liv.Adm.Regiao - Divicred (a), Coop.Cred.Liv.Adm.Regiao - Crediverd (a), Coop.Cred.Poup. e Invest. Sul Mimas RS/MG-Sicredi (a), Valor total do investimento, (a) Referê-se a uma participação econômica de forma equitativa do capital de uma cooperativa obtendo juros sobre o seu capital (Sobras). 14. Imobilizado - Apresentamos a seguir a composição dos ativos imobilizados líquidos:

Table with 5 columns: % Anual de taxa de depreciação, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Terrenos Rurais, Edifícios e Construções, Beneficiárias em Imóveis de Terceiros - Construções, Máquinas e Equipamentos, Instalações Industriais, Veículos, Móveis e Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Informática, Beneficiárias em Imóveis de Terceiros - Instalações, Imobilizações em andamento, Total.

Table with 6 columns: Descrição da Conta, Saldos líquidos em 31/12/2020, Adições, Transferências, Baixas, Depreciação, Saldos líquidos em 31/12/2021. Rows include Terrenos Rurais, Edifícios e Construções, Beneficiárias em Imóveis de Terceiros - Construções, Máquinas e Equipamentos, Instalações Industriais, Veículos, Móveis e Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Informática, Beneficiárias em Imóveis de Terceiros - Instalações, Imobilizações em andamento (a), Total imobilizado líquido.

Table with 6 columns: Descrição da Conta, Saldos líquidos em 31/12/2019, Adições, Transferências, Baixas, Depreciação, Saldos líquidos em 31/12/2020. Rows include Terrenos Rurais, Edifícios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Instalações Industriais, Veículos, Móveis e Utensílios, Equipamentos Eletrônicos e Informática, Imobilizações em andamento (a), Total imobilizado líquido.

Parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por bens de ativo imobilizado, no valor de R\$ 17.530 em 31 de dezembro de 2021. (a) Os valores de imobilizado em andamento são referentes a renovação e atualização dos equipamentos da Companhia. A Companhia contratou empresa especializada, para realizar inventário físico com empacotamento, conciliação físico-contábil, revisão da vida útil e determinação das taxas de depreciação, e avaliação de bens do ativo imobilizado de sua matriz e filiais, como objetivo de determinação de valor justo em atendimento ao CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ao CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) na data base de 31 de julho de 2021. Com a apresentação do Laudo de Avaliação Patrimonial em outubro de 2021, a Companhia, a fim de assegurar a veracidade das demonstrações contábeis, reconheceu no exercício de 2021 a conciliação físico-contábil, com a inclusão e baixas dos bens; demonstrados e consolidados no inventário. 15. Intangível, líquido

Table with 5 columns: % Anual de taxa de amortização, Custo, Amortização acumulada, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Software ou Programas de Computador, Total do intangível.

Table with 6 columns: Descrição da Conta, Saldos líquidos em 31/12/2020, Adições, Transferências, Baixas, Amortização, Saldos líquidos em 31/12/2021. Rows include Software ou Programas de Computador, Total do intangível.

Table with 6 columns: Descrição da Conta, Saldos líquidos em 31/12/2019, Adições, Transferências, Baixas, Amortização, Saldos líquidos em 31/12/2020. Rows include Software ou Programas de Computador, Total do intangível.

A Companhia possui intangíveis correspondente as licenças de softwares e soluções empregadas nos setores produtivo. Os softwares com vida útil definida são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização. 16. Fornecedores - Esta conta apresenta os seguintes saldos:

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Composição dos fornecedores, Cargill Agrícola S/A, Viscofan Do Brasil Sociedade Comercial E Industria, Cooperativa De Transporte E Logistica De Sao Sebastiao Do Oeste - Mg, Cooperativa Agrícola Mistia Irati Ltda, Comex Industria, Comercio E Armazenagem De Graos Ltda - Epp, Adm Do Brasil Ltda, Aviagen America Latina Ltda, Van Hossen Brazil Industria E Comercio De Alimentos Ltda, Exonik Deussa Brasil Ltda, Amifec Alimentos Ltda, Coop Agroindustrial Dos Produtores Do Sudoce, Farmabase Saude Animal Ltda, Geovany Gilberto Macedo E Outros, Reginaldo Martins Teixeira, Outros, Total.

Table with 5 columns: % - Taxas médias a.a., Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include Capital de giro, Fimame para aquisição de Bens, Fimimp para aquisição de Bens, Total.

Garantias - As linhas de empréstimo possuem como garantia os próprios bens, aval dos sócios, contas a receber conforme apresentado nas notas: 7 e 14 e não possuem parcelas em atraso. A Companhia está cumprindo com suas obrigações pontualmente.

Table with 6 columns: Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2021. Rows include Capital de giro, Fimame, Fimimp, Total.

Os contratos de empréstimos acima relacionados possuem hipóteses de vencimento antecipado tais como, mas não se limitando a: (i) questões relacionadas à inadimplência, não quitados no prazo previsto; (ii) cassação da licença ambiental; (iii) comprovação de aplicação do recurso concedido em finalidade diversa daquela contratada; (iv) qualquer medida judicial ou extrajudicial que possa afetar as Garantias ou a situação patrimonial do Garantidor vinculado a operação; (v) falecimento do garantidor, alteração contratual, redução de capital ou qualquer alteração em seus instrumentos societários, que direta ou indiretamente implique em mudança de seu controle societário, sem prévia anuência da instituição financeira; (vi) existência de decisão administrativa sancionadora ou judicial contra a emitente, sua controlada(s) ou controladora(s) na prática de atos lesivos à Administração pública, nacional ou estrangeira que atentem contra o patrimônio público, contra compromissos internacionais, nos termos da legislação anti-corrupção (vii) se a emitente ou garantidor requerer a sua recuperação judicial, falência, ou se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia; (viii) for transferido o controle direto e/ou indireto de nosso capital social; (ix) houver alteração de titularidade de nosso capital social, envolvendo qualquer acionista, direto ou indireto, inclusive transferências entre si, com variação superior a 10% (dez por cento) do total do capital social; (x)houver alteração do capital social de qualquer de nossas controladas que resulte em perda de nosso controle societário, direto ou indireto, dessas Companhias. Em 31 de dezembro, os empréstimos em longo prazo têm os seus vencimentos em:

Table with 3 columns: Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2020. Rows include 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2030, TOTAL.



AVIVAR ALIMENTOS S/A - CNPJ nº 42.816.108/0001-05 - NIRE 31300140865

18. Obrigações trabalhistas e tributárias - Apresentamos a seguir a composição dos saldos:

Obrigações trabalhistas	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Provisão de férias e encargos	8.847	7.240
INSS a recolher	1.019	840
FGTS a recolher	790	617
Contribuição Previdenciária	1.157	945
Salários a pagar	5.170	3.959
Outras contas a pagar	1.045	449
Total de obrigações trabalhistas	18.028	14.050
Obrigações tributárias	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
ICMS	962	737
Parcelamento - RFB	51	205
Imposto de renda retido na fonte	1.220	3.106
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	-	12
ISS - Impostos sobre serviços	11	26
Outras contas a pagar	13	-
Total bruto das obrigações trabalhistas e tributárias	20.285	18.136
Circulante	19.881	17.405
Não circulante	404	731

19. Depósitos judiciais e Provisão para contingências - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e cíveis. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos; análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações tributárias; com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. **Composição e movimentação provisão para contingências:**

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Tributárias	-	31
Cíveis	398	398
Trabalhistas	3.240	2.430
Total	3.638	2.859

Em 31 de dezembro de 2019	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Constituição de provisões, líquidas de reversões	-	348	2.265	2.613
Em 31 de dezembro de 2020	31	50	165	246
Constituição de provisões, líquidas de reversões	(31)	398	2.430	2.859
Em 31 de dezembro de 2021	-	398	3.240	3.638

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais tributários e trabalhistas que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis no montante de R\$ 1.250 e remotas. **Depósitos judiciais - ativos não circulantes** - A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Depósito trabalhista	9.146	8.595
Depósito cível	-	2.116
Depósito Tributário	3.375	-
Total	12.521	10.711

A seguir a movimentação dos depósitos judiciais:

	Depósito Trabalhista	Depósito cível	Depósito tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2019	8.161	1.050	-	9.211
Adição	1.401	1.066	-	2.467
Baixa	(967)	-	-	(967)
Em 31 de dezembro de 2020	8.595	2.116	-	10.711
Adição	1.270	1.259	-	2.529
Baixa	(719)	-	-	(719)
Reclassificação	-	(3.375)	3.375	-
Em 31 de dezembro de 2021	9.146	3.375	-	12.521

20. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social da Companhia está representado em 31/12/2021 por 92.503.645 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2021			Saldo em 31/12/2020		
	Nº de ações	RS Valor Capital	% Participação por acionista	Nº de ações	RS Valor Capital	% Participação por acionista
Framir Alves Araújo	18.020	18.020	19,48	18.020	18.020	21,34
Luana Vasconcelos Delfino Costa	14.306	14.306	15,47	13.131	13.131	15,55
Sara Maira Delfino Costa	14.306	14.306	15,47	13.131	13.131	15,55
Eliênio Delfino Costa	14.306	14.306	15,47	13.131	13.131	15,55
Yana Tassis Vasconcelos Costa	8.473	8.473	9,15	7.129	7.129	8,44
Diogo Antônio de Almeida Costa	8.480	8.480	9,17	7.134	7.134	8,45
Matheus Mattioli Vasconcelos Costa	8.480	8.480	9,17	7.134	7.134	8,45
Natália Vasconcelos Costa	6.133	6.133	6,62	5.631	5.631	6,67
Total	92.504	92.504	100,00	84.441	84.441	100,00

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 05/08/2021, deliberou e aprovou o plano de reestruturação societária, alterando os percentuais de participação dos acionistas, com emissão e subscricao

de 8.062.645 ações ordinárias, sem valor nominal, pelo preço unitário de R\$ 1,00 (um real) no valor total de R\$ 8.063 integralizados em moeda corrente nacional. b) Reservas de capital - Reserva especial de ágio na emissão de ações - Em 05 de agosto de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, deliberou e aprovou o aporte em moeda corrente nacional do Ágio no montante de R\$ 6.631, no qual foi contabilizado e registrado em seus livros societários, sendo integralizado e registrado integralmente na conta "Reservas de Capital" - Ágio na Emissão de Ações. c) Destinação do lucro - A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir.

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	32.829	25.888
Destinação para reserva legal	(1.642)	-
Destinação para reserva incentivos fiscais	(31.187)	(25.888)
Base de Cálculo para destinação	-	-
Dividendos propostos	-	-
Dividendos Pagos	-	(591)

Reserva Legal - Em atendimento nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, a Companhia destinou 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício 2021 para a constituição do Fundo de Reserva Legal. Reserva de Incentivos Fiscais - A Companhia possui, mediante ato normativo e concessivo, incentivo fiscal de ICMS concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais com o objetivo de viabilizar o estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos, conforme artigo 30º da lei 12.973/2014. Ainda conforme o § 4º deste mesmo artigo, que teve redação incluída pela Lei Complementar nº 160 de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao imposto previsto no inciso II do caput do art. 155 da Constituição Federal (ICMS), concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstas neste artigo. De acordo com o dispositivo legal acima, tais benefícios fiscais de ICMS, com a entrada em vigor da Lei Complementar 160/2017, passaram a ser considerados como Subvenções para Investimentos. Os valores líquidos de R\$ 36.548 e R\$ 31.187 deste benefício foram utilizados respectivamente nos anos de 2020 e 2021 para constituição de Reservas de Incentivos Fiscais, conforme demonstrado na "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido". Dividendos e Juros Capital Próprio - A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia dentro da parcela equivalente ao previsto é reconhecido no passivo não circulante nas rubricas "Dividendos a pagar" e "Juros sobre capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal determinada pelo estatuto social da Companhia. A administração provisionou no exercício, juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 6.588. 21. Partes relacionadas - As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Jose Magela da Costa	8.991	12.398
Total	8.991	12.398
Circulante	3.543	3.407
Não circulante	5.448	8.991

21.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas - O saldo em aberto no encerramento do exercício não tem garantias, está sujeito a juros normais de mercado, e é liquidado em moeda corrente. 21.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia - A remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia no exercício de 2021 foi de R\$ 2.021 e R\$ 521 em 2020. 22. Arrendamento Industrial - A Companhia firmou contrato de arrendamento, por tempo indeterminado, para uso e gozo dos imóveis rurais, incluindo as benfeitorias, edificações, maquinários e quaisquer outros bens, com a arrendatária Grupal Avicola Ltda, para fins de operação das atividades de produção de ovos férteis e pintos de um dia. O arrendamento industrial será reajustado anualmente com base no IPCA.

	Sando em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Passivo	-	-
Grupal Avicola Ltda	4.412	-
Total circulante	4.412	-

23. Receita operacional líquida - Vide composição a seguir, das receitas operacionais líquidas auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Sando em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Receita bruta	-	-
Receitas produção	1.076.702	800.892
Receitas revenda	8.501	6.944
Receitas materiais	157	147
Total de receita bruta	1.085.360	807.983

	Sando em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Deduções de receita bruta	-	-
Devoluções e cancelamento de vendas	(13.463)	(12.085)
ICMS (a)	(15.697)	(12.339)
Colfins	(25.887)	(19.294)
PIS	(5.620)	(4.189)
Total das deduções de receita bruta	(60.667)	(47.907)
Total da receita operacional líquida	1.024.693	760.076

(a) Os valores do incentivo fiscal de ICMS estão demonstrado na nota 20. 24. Gastos por natureza

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Materiais empregados	(614.192)	(462.529)
Salários, benefícios e encargos sociais	(139.991)	(113.768)
Serviços de terceiros	(110.174)	(80.300)
Energia Elétrica	(14.712)	(14.787)
Conservação e manutenção	(21.602)	(14.714)
Depreciação e amortização	(29.987)	(9.907)
Tributários	(1.042)	(5.171)
Mercadoria revendida	(4.649)	(4.506)
Veículos	(2.974)	(1.804)
Outros	(17.834)	(6.932)
Total	(957.157)	(714.418)
Custos dos produtos vendidos	(825.084)	(607.189)
Custo mercadoria revendidas	(4.649)	(4.506)
Despesas administrativas, com vendas e gerais	(127.424)	(102.723)
Total	(957.157)	(714.418)

25. Resultado financeiro líquido- (Despesas) e receitas financeiras - Vide composição a seguir, do resultado financeiro auferido e (incorrido), respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Receitas financeiras	-	-
Receita com aplicação financeira	3.054	794
Variação monetária	84	384
Variação cambial	3.828	6.483
Juros ativos e descontos obtidos	716	562
Outras receitas financeiras líquidas	12	95
Total das receitas financeiras	7.694	8.318
Despesas financeiras	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos	(8.756)	(8.177)
Total das despesas financeiras	(8.756)	(8.177)
Resultado financeiro líquido	(1.062)	(859)

26. (Despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) - (Despesa) corrente de IRPJ e CSLL - Vide demonstração a seguir da (Despesa) corrente de IRPJ e CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	49.534	18.833
Imposto de renda e contribuição social - 34%	-	(8.720)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos / (reversão)	(16.705)	7.148
Outras Adições e Exclusões	-	(7)
Incentivo Fiscal Subvenção	-	3.553
Ajuste provisões/reversão não dedutíveis	-	42
Compensação de Prejuízo	-	40
Valor apresentado no resultado	32.829	25.888

Em dezembro de 2021, a Companhia elaborou estudo para registro dos créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base no seu plano estratégico, ajustado pelas principais adições e exclusões permanentes previstas, o qual não apresentou expectativa de aproveitamento. Com base nesta estimativa, a Administração acredita que não é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam utilizados e efetuou a reversão em 31 de dezembro de 2021. 27. Instrumentos financeiros - As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acessadas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Valor contábil versus valor justo - Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que pronomentalmente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletem o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data. a) Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. a.1) Riscos de crédito, de mercado e de liquidez - Esses créditos são monitorados como identificados na nota 4. a.2) Risco de mercado - A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades e de seus associados. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de cenários de mercado, fazendo com que as associações deixem de contribuir ou até saiam da Companhia. a.3) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa suficientes para o desempenho de suas atividades. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade desta para promover seus objetivos. 28. Cobertura de seguros (não auditado) - A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 29. Conjuntura econômica - COVID-19 - Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que a COVID-19 é uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A AVIVAR continua operando seus complexos industriais, logística, cadeia de suprimentos e escritórios de apoio, ainda que temporariamente e parcialmente em regime de trabalho remoto nas suas localidades corporativas. Desta forma, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, não houve relevante em sua programação de produção, operação e/ou comercialização. Adicionalmente, a administração tem desenvolvido e implementado diversos planos de contingência para sustentação de suas operações e monitora os efeitos da pandemia por meio de um comitê permanente de acompanhamento multidisciplinar. Em função da pandemia, a Companhia incorreu em gastos diretos, principalmente relacionados a transporte, pessoal, prevenção, controle e doações, os quais estão apresentados na demonstração do resultado nas contas de custos e despesas na nota 24. Gastos por natureza. Pela alta volatilidade e incerteza sobre duração e impacto da pandemia, a Companhia segue monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e estimativas utilizadas na preparação das informações financeiras. São Sebastião do Oeste, 25 de março de 2022. AVIVAR ALIMENTOS S/A

Jose Magela da Costa - Diretor Presidente | Antônio Carlos Vasconcelos Costa - Diretor Vice Presidente | Alina Teixeira da Costa - Gerente de Controladoria CRC MG 089387/O-0 | Alessandra Cristina Paula Pio - Contadora CRC MG 076520/O-4

As Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas explicativas, estão publicadas em meio digital neste jornal à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Avivar Alimentos S/A São Sebastião do Oeste - MG **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Avivar Alimentos S/A ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards

Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 25 de março de 2022. **Vinicius Marcos Alves Sabino** Contador CRC IMG-121.072/O-5 "S" **RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples** CRC 2SP-030.002/O-7 "S" MG

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/20F1-D28F-687B-9C7C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 20F1-D28F-687B-9C7C



Hash do Documento

0A1F5B8D1F0F31C081A4399138B7D78E8DDEC667C5CB11B08421A83781115234

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 28/03/2022 21:51 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

